

A falência do ensino público

"Por causa da greve, meu filho estava se acostumando ao ócio (...) Até sexta-feira, quando se desligou formalmente da Escola Técnica Estadual Guaracy Silveira, em Pinheiros (que está com 60 de seus 72 professores em greve), ele não sabia o nome do professor que lhe daria aulas de Química durante este ano. Na Escola Guaracy Silveira, fundada em 1958, não é apenas a cadeira de Química que está vaga. A escola não tem também professores de Matemática, Física, Educação Artística e Telecomunicações para completar o currículo de seus 1.480 alunos."

Esse é o retrato — tomado a uma notícia que publicamos no curso desta semana — do ensino público de 1º e 2º grau na maior cidade do País, capital do Estado mais próspero de toda a federação brasileira. O jovem em questão, que "se estava acostumando ao ócio", pertencente a uma família de classe média que, com muito esforço, "fazendo das tripas coração", pode ainda gastar (ou gastar o que não pode) com a educação de seus filhos, foi transferido para uma escola privada, que remunera os seus professores de maneira mais decente do que a escola oficial e que, portanto, pode, no mínimo, oferecer-lhe ensino, o ensino que lhe vinha sendo sonogado por uma escola mantida pelo Estado e que, como mostramos em editorial recente, dedicando-se a uma atividade que as autoridades

políticas do País, do Estado e do município consideram "inessencial", vive em estado de greve permanente.

Voltando ao caso específico da escola em questão, sua diretora atribui a decadência do estabelecimento aos baixos salários do magistério e à aposentadoria dos bons professores, esquecendo-se, naturalmente, de se referir, provavelmente por descuido, à situação que não é apenas de sua escola, mas dos estabelecimentos estatais em geral, isto é, a "greve permanente".

Criticando sistematicamente o "grevismo" e as greves do magistério — algo absolutamente inconcebível há uma vintena de anos ou até menos, quando os professores, ainda que sem ganhar efetivamente bem (embora muito melhor do que atualmente), desfrutavam de um *status* razoável na sociedade e eram respeitados, em boa parte também porque se respeitavam a si próprios, compreendendo o seu ofício como uma *missão* e não como uma atividade qualquer, a ser executada por "operários da educação" — criticando sistematicamente tais greves, fenômeno indissolavelmente ligado ao rebaixamento do nível do ensino, ao desvirtuamento do trabalho docente e da função da escola, não atribuímos nunca a responsabilidade principal por essa situação inaceitável aos professores, embora continue a parecer-nos

inconcebível a greve "contra o conhecimento" e contra a formação das crianças e dos jovens, que é o que significa, em última instância, uma greve de docentes: é melhor mudar de profissão (como muitos professores o têm feito e, não raro, com notável êxito do ponto de vista financeiro) do que simular exercê-la. Essa, contudo, é uma questão de ordem ética, relacionada com a consciência de cada um, com a noção da responsabilidade que se contrai ao optar-se por uma carreira como a ensinante, equivalente, sob tantos aspectos, à profissão médica. Se, entretanto, passarmos do plano das responsabilidades individuais, para o plano social, é evidente que a culpa pelo descalabro do nosso sistema oficial de ensino — de que o caso da escola e do aluno em tela são uma simples ilustração — é total e inteiramente do poder público.

Nossas escolas oficiais de 1º e 2º grau, salvo raras exceções — e exceções que se devem, na maior parte dos casos, à dedicação de diretores, supervisores e professores cômicos de sua missão, bem como a pais de alunos e até aos próprios alunos, mais do que ao poder público —, estão em condições precárias, com prédios caindo aos pedaços, sem segurança, sem receber material suficiente para o ensino, isso sem falar, naturalmente, nos salários cada vez mais aviltados e aviltantes do pessoal docente. A "escola mode-

lo" — modelo, naturalmente, do que não deve ser uma escola — a que nos referimos, independentemente da greve da quase totalidade de seus docentes, está à procura de professores para as disciplinas "desocupadas". Um cartaz, na secretaria, esclarece: "Precisa-se de professores". Os seis candidatos que se apresentaram, contudo, ainda que precisando do emprego (tanto que se apresentaram), não o aceitaram, já que o pagamento por aula não vai além de NCzs 1.90! Isto é, bem menos do que um dólar-turismo ou no paralelo por uma aula!

Tendo presente essa situação de verdadeiro descalabro, pode dizer-se — de acordo com a citada notícia por nós publicada — que os temores de uma dona de casa, a qual lidera o movimento de pais de alunos que estudam em escolas do Estado, denominado Movimento Pró-Educação, de que tais estabelecimentos se transformem em "escolas de miseráveis", são mais do que justificados. Aliás, talvez já não se trate mais de simples temores, mas de uma realidade que já está aí, com todo o seu peso, para vergonha de São Paulo.

Depois de tudo, resta uma pergunta: como esperar nosso ingresso real na "civilização pós-industrial", na "civilização do conhecimento", se a principal cidade do principal Estado do País tem uma rede de ensino primário e secundário de tal tipo?